

Mercado de trabalho e o retrato das famílias brasileiras: análise regional das décadas de 1980 e 1990

Alessandra Kely da Silva¹

Resumo

Este artigo analisa as relações entre família e mercado de trabalho nas décadas de 1980 e 1990, para as cinco regiões do Brasil, marcadas pelo cenário de crise da dívida e abertura comercial e financeira. O pressuposto é de que as decisões de políticas econômicas impactaram negativamente a sociedade e o mercado de trabalho, determinando adaptações das famílias através de novos arranjos de inserção. O estudo é caracterizado como quantitativo por descrever e analisar dados obtidos por meio da base da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs), a partir de técnicas de estatística descritiva. Os resultados indicaram o aumento da participação das mulheres chefes de família no mercado de trabalho frente à desestruturação do período para as cinco regiões. Entretanto, ainda que tenham aumentado sua participação no emprego, os vínculos são mais precários, sobretudo no setor de serviços.

Palavras-chave: famílias; mercado de trabalho; políticas econômicas.

Labor market and the portrayal of Brazilian families: regional analysis of the 1980s and 1990s

Abstract

This article analyzes the relationships between the family and labor market in the 1980s and 1990s, for the five regions of Brazil, marked by the scenario of a debt crisis and commercial and financial opening. The assumption is that economic policy decisions negatively impacted society and the labor market, determining in family adaptations, new insertion arrangements. The study is characterized as quantitative by describing and analyzing data obtained through the basis of the National Household Sample Survey (PNADs), based on descriptive statistics techniques. The results indicated an increase in the participation of women heads of household in the labor market, because of the restructuring of the period, for the five regions. However, although they have increased their participation in employment, the ties are more precarious, especially in the service sector.

Keywords: Families; Labor Market; Economic Policies.

1. Introdução

O perfil das famílias brasileiras mudou consideravelmente a partir da década de 1970 com continuação nas seguintes, especialmente nas de 1980 e 1990. As principais mudanças compõem o tamanho médio das famílias, apresentando queda da taxa de fecundidade com a redução do número de filhos, bem como os padrões de chefia associados ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Compreende-se que todas essas modificações responderam não somente ao ambiente de crise econômica cujo resultado foi a adoção de políticas econômicas de caráter recessivo, que acarretaram em desestruturação produtiva e

¹ Mestre em Desenvolvimento Econômico na área de Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Email: alessandrakely@bol.com.br
Recebido em janeiro de 2019 e aceito em junho de 2019.

crise no mercado de trabalho. Além disso, as importantes mudanças culturais, demográficas e sociais com a mulher assumindo mais autonomia e protagonismo no seio familiar, no mercado de trabalho e na sociedade, buscando para tanto sua própria afirmação, também tiveram sua contribuição. De tal forma que os novos arranjos responderam a duas frentes: por um lado à crise econômica e, por outro, às mudanças culturais, demográficas e sociais.

Sendo assim, as transformações iniciadas nos anos 1970, frente a uma sociedade ainda em movimento e um mercado de trabalho dinâmico, aceleraram-se na década de 1980 e, principalmente na de 1990, em um contexto econômico e uma sociedade completamente distinta e adversa. Nesse sentido, o principal impacto verificado na economia na presente década foi o processo de reestruturação produtiva que se caracteriza pela flexibilização do trabalho em decorrência da desarticulação de cadeias produtivas, portanto, eliminando vínculos de empregos formais que são característicos do setor industrial. Esse fato teve por consequência o redirecionamento do emprego para o setor terciário, ou seja, para os serviços e comércio, marcado por vínculos informais e relações precárias.

O objetivo geral deste estudo é analisar as relações entre família e mercado de trabalho nas duas décadas de transformações desfavoráveis ao emprego, para as cinco regiões do Brasil, marcadas pelo contexto de crise da dívida e abertura comercial e financeira. Tal intento será atingido mediante abordagem quantitativa, visando analisar os dados obtidos por meio da base da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs), a partir de técnicas de estatística descritiva.

Além desta introdução, este artigo apresenta mais quatro seções. Na seção dois, será discutida a relação entre família e mercado de trabalho, buscando pontuar que a participação das mulheres no mercado de trabalho é de extrema importância para além do mero complemento da renda familiar. Na terceira seção é feita uma análise das principais mudanças demográficas ocorridas no período em relação às famílias. Já a quarta seção trata da evolução das chefias femininas e masculinas, buscando apresentar as principais mudanças, enfatizando, sobretudo, as relações de emprego. Por fim, a última seção trata das considerações finais.

2. As famílias brasileiras e os arranjos de inserção: o trabalho da mulher como importante força ao enfrentamento da crise no mercado de trabalho

Com a ascensão do neoliberalismo as demandas da população foram deixadas de lado, o que implicou no fortalecimento das iniciativas pessoais e privadas, emergindo forte tendência de transferência de responsabilidades do Estado para a comunidade e a família (GOLDANI, 1994b). De tal maneira que as famílias responsabilizaram-se quase totalmente pela reprodução cotidiana e geracional,

passando a envolver, frequente e simultaneamente, o trabalho doméstico - inclusive o cuidado com os filhos – e o trabalho remunerado por parte das mulheres (BILAC, 2014).

As conjunturas marcadas por crise econômica ou crescimento geram implicações na relação família e trabalho. Em momentos de crise, emergem possibilidades de mudanças na relação, todavia as mudanças estão sempre envoltas pelas questões de gênero com a divisão sexual do trabalho determinando os lugares ocupados por homens e mulheres na esfera da reprodução e da produção. O baixo crescimento econômico das décadas de 1980 e 1990, especificamente a crise dos anos 1990 com a reestruturação produtiva, possibilitou mudanças quanto à inserção dos componentes da família no mercado de trabalho. Rearranjos familiares de inserção foram definidos e pontuados pelo aumento da participação da mulher casada paralelamente à redução da participação dos filhos. Além de que, fatores sociais, demográficos e culturais, implicaram na diminuição do tamanho das famílias. Desse modo, esse processo apresentou como tendência à destituição do padrão de manutenção do domicílio do “chefe provedor” e o surgimento das famílias com dois provedores (MONTALI, 2016).

Na relação família e trabalho, devem-se considerar as interações entre as estruturas produtivas e da estruturação das famílias, ponderando a complexa influência entre os determinantes econômicos e os culturais no acesso ao trabalho associado à família. A articulação entre a esfera da produção e as estruturas produtivas e da esfera da reprodução e as estruturas familiares realizam-se pela lógica da divisão sexual do trabalho vigente no mercado de trabalho e na família (MONTALI, 2003).

O trabalho e a família constituem-se em eixos organizadores da vida dos homens e das mulheres (GOLDANI, 2002), assim sendo, na família está a responsabilidade pela qualidade de vida de seus integrantes e, a partir dela, são tomadas decisões relativas à moradia, alimentação, educação, tratamento de saúde, consumo e, especialmente, decisões quanto à participação na atividade econômica de seus membros, determinando, assim, a principal fonte de renda para parcela considerável das famílias (LEONE et al, 2010).

Todavia, a disposição dos componentes da família para o mercado de trabalho é marcada por diferenciações, pois expressam relações de hierarquia e atribuições que tecem as relações familiares definindo as possibilidades de inserção em atividades remuneradas. Logo, diferencia-se a disponibilidade para o mercado de trabalho entre os componentes familiares, visto que as mulheres e, sobretudo, as com filhos, ficam mais comprometidas quanto a sua plena inserção no mundo do trabalho. As diferenciações também são expressas nos vínculos de ocupações precários e não precários e mesmo a absorção destes por setores de atividade. De outro modo, a sua

disponibilidade é afetada pelo padrão de absorção da força de trabalho vigente no mercado (MONTALI, 2016).

Durante as décadas de 1980 e 1990, evidenciou-se a permanência da divisão sexual do trabalho, apesar das mudanças ocorridas na estrutura do mercado de trabalho e no emprego, segundo o sexo (MONTALI, 2016). Considerando a conjuntura econômica e as mudanças na configuração da família, ficou evidente que as transformações na relação família e trabalho resultaram de mudanças de natureza sociodemográficas, bem como de valores relacionados ao papel da mulher na sociedade brasileira (MONTALI, 2015), além dos de ordem econômica (MONTALI, 2016) e culturais (LEONE et al, 2010). Uma vez que outros determinantes, além da necessidade econômica, respondem à mudança na entrada da mulher no mercado de trabalho, relacionados aos padrões de comportamento e o novo papel atribuído à mulher na sociedade (LEONE, 1996).

As mudanças demográficas estão relacionadas com a diminuição da fecundidade e com o envelhecimento da população (LEONE et al, 2010); com o processo de concentração urbana dado ao intenso movimento migratório das décadas de 1970 e de 1980; com as mudanças na composição dos domicílios, tanto na configuração como no número médio de componentes (MONTALI, 2016). Entre as mudanças sociais e culturais, evidenciou-se a diminuição no número de matrimônios; o crescimento dos divórcios e o retardo das uniões com o novo papel assumido pela mulher na família e no trabalho. Mesmo que o modelo de família tradicional, constituído pelo casal com filhos seja predominante, reduziu-se em decorrência do aumento dos arranjos familiares constituídos pela mãe com filhos e pessoas vivendo sozinhas (LEONE et al, 2010). Quanto aos associados à natureza econômica, as crises econômicas dos anos 1980 e 1990 determinaram a expansão do setor de serviços, constituindo como o principal absorvedor da força de trabalho da mulher (MONTALI, 2016).

Nos anos 1980, houve deteriorações e aprofundaram-se as desigualdades sociais, refletidas na concentração da renda e redução do salário de parte expressiva da população, com acirramento das diferenças existentes. Acentuaram-se as divergências regionais, apontadas no final da década com destaque para a miséria e os sintomas de modernidade em espaços urbanos regionais. De modo ativo, com intuito de enfrentar a deterioração das condições de vida, a família reapareceu, ampliando-se as redes de solidariedade (GOLDANI, 1994). De outro modo, as mudanças do início de 1990 foram em direção ao enxugamento no tamanho, com maior diversificação nos arranjos domésticos e familiares, intensificando-se nos últimos anos os adultos vivendo sozinhos e as famílias monoparentais (GOLDANI, 1994), tanto chefiadas por mulheres, quanto por homens (MONTALI, 2015).

Segundo Goldani (1994b), o processo de reestruturação das famílias e a redução do seu tamanho não foram suficientes. Fez-se necessário o ingresso de um número maior de membros no mercado de trabalho na tentativa de manutenção do seu orçamento familiar, sinalizando para a entrada da mulher e dos filhos ao mercado. De outro modo, para Ramos e Soares (1995), o principal determinante na decisão de entrada da mulher no mercado de trabalho pode não ter sido a necessidade de complementação da renda familiar. Todavia, com a estagnação econômica dos anos 1980 e o crescente empobrecimento da população no geral, ao ingressarem no mercado de trabalho as esposas e mães contribuíram de fato com a manutenção da renda familiar, ajudando a arcar com os gastos da família. Assim sendo, independente dos estímulos e da relação de causalidade quanto à entrada da mulher na atividade econômica, o fato é que sua participação foi na direção de sustento da renda familiar, consolidando-se como a parcela de rendimento ao perder a função de meramente complementar (LEONE, 1996).

Compreende-se que as mudanças na organização familiar, de modo especial as resultantes da crise econômica, visto que as medidas de política econômica adotadas na década de 1980 e, sobretudo na de 1990, por se constituírem em ajustes recessivos, implicaram diretamente nas relações de emprego, determinando em prejuízo para o emprego formal com eliminação de postos de emprego, sobretudo, do setor industrial. Dessa maneira, as mudanças na organização familiar impactaram diretamente no orçamento familiar à medida que a renda do trabalho tornou-se uma parcela a mais na renda da família a ser apropriada pelos membros. De forma que alterações na composição da renda familiar foram sinalizadas pelo aumento na taxa de participação feminina no emprego (RAMOS e SOARES, 1995), para fazer frente ao desemprego dos companheiros ou o rebaixamento de seus salários. Conforme Sedlacek e Santos (1991), as variações na taxa de participação representaram elemento primordial na determinação da capacidade das famílias de se adaptarem à crise do mercado de trabalho. Vê-se que esses resultados sinalizam para a importância do trabalho das mulheres e dos filhos quanto à sobrevivência das famílias, de outro modo, questionando o tradicional modelo familiar do chefe provedor (GOLDANI, 1994b).

No entanto, as transformações na década de 1980, ainda que resultassem em aumento da taxa de atividade das mulheres, manteve-se baixa, em 38%. Para tal, a taxa de inatividade da força de trabalho feminina ainda era elevada, mesmo que tenha apresentado queda nas distintas faixas etárias, inclusive entre as mulheres casadas e com filhos na fase da primeira infância. Além disso, observou-se que as mulheres permaneceram concentradas em um reduzido número de ocupações com baixo rendimento e que demandavam um baixo nível de qualificação, não

avançando para os cargos gerenciais. Defrontamo-nos, então, com um quadro de participação no mercado de trabalho com forte segregação (LAVINAS, 1996).

O contexto econômico desfavorável determinou em aumento da vulnerabilidade para muitos. Com medidas flexibilizadoras no mundo do trabalho, ocorreram restrições e cortes em empregos e salários, com as reformas resultando em um número cada vez maior de pessoas e famílias em situações de empregos precários, desemprego, deterioração na qualidade de vida e maior pobreza. A comunidade e as famílias assumiram então responsabilidades por serviços que o Estado se isentou de oferecer. Em um contexto marcado pela redução dos recursos do Estado e desmantelamento das proteções e garantias ligadas ao emprego, as famílias assumiram posição primordial de proteção social para os seus membros (GOLDANI, 2002).

Nos anos 1990, para os homens adultos reduziu-se a capacidade de atuarem como provedores, do mesmo modo que os jovens deixaram de ser fonte de recurso adicional para a família, tendo em vista a dificuldade de se manterem e, também, se inserirem no mercado de trabalho, impactados pela grave crise do emprego no Brasil, frente ao processo de reestruturação produtiva. Além do mais, a força de trabalho feminina surgiu como um dos poucos recursos disponíveis para a sobrevivência de muitas unidades domésticas (GOLDANI, 2002). A mulher emergiu com um desafio duplo de ser fonte de cuidados e provimento para as suas famílias, em um contexto de mudanças do perfil de inserção da mulher com um mercado completamente adverso. Verificou-se a redução na taxa de atividade das mulheres mais jovens, com intenso aumento nas idades mais elevadas, localizadas, em geral, em empregos precários com menor segurança e baixa proteção social (LAVINAS, 1997). Esse cenário não contemplou apenas as mulheres casadas e ocupadas, mas também as não casadas, responsáveis por filhos, pais ou parentes idosos (GOLDANI, 2002).

Nesse sentido, em um ambiente adverso e pouco favorável para o mercado de trabalho, as famílias recorreram a outros membros como suporte para a colaboração com a renda familiar (MONTALI, 2006). As transformações no mercado de trabalho afetaram a condição de atividade dos integrantes no interior das famílias, visto o intenso desemprego nos anos 1990, quando ficaram sujeitas a situações de vulnerabilidade quanto à pobreza. Para o seu enfrentamento (LEONE et al, 2010), no interior das famílias surgiram novas opções estratégicas de inserção no mercado de trabalho, como resposta à dificuldade de manutenção dos aportes pelos tradicionais provedores. Tornou-se frequente o aumento da participação das mulheres entre os ocupados, especialmente das mulheres-cônjuge, com importância fundamental na composição dos rendimentos das famílias (MONTALI, 2006). Contudo, conforme (BILAC, 2014, p.139):

apesar de todas estas mudanças, o modelo de articulação entre trabalho e família não sofre grandes alterações: quando não é a própria mulher que acumula ambas as jornadas, em sua totalidade ou em grande parte, permanece a delegação do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos para outra mulher, seja a empregada doméstica remunerada, seja alguém da rede de parentesco e vizinhança. Isso é válido tanto para casais de dupla renda, quanto para as mulheres sem cônjuge ou para aquelas que, mesmo tendo cônjuge, se autodefinem como principais provedoras do domicílio.

As indicações apontam em direção de que a manutenção deste modelo de articulação trabalho e família, que se assenta na sobrecarga da mulher e um menor envolvimento do homem na reprodução, deve-se, por um lado, à conjugação de fatores demográficos, sociais e econômicos e, de outro, à ausência adequada de políticas de articulação trabalho e família no país que permitam o amplo acesso (BILAC, 2014). Contudo, não deve ser desconsiderado que as mudanças no período caminharam no sentido de alterações nas condições de reprodução da população, dos padrões de relacionamento entre os membros da família, culminando no questionamento dos modelos de autoridade e profundas alterações na posição relativa da mulher (GOLDANI, 1993).

3. O perfil das famílias brasileiras segundo as cinco regiões da federação: características gerais

A fim de evidenciar as transformações ocorridas nas duas décadas em análise, os dados com os resultados apresentados são produtos extraídos dos microdados das PNADs. Sendo as pesquisas domiciliares produtos amostrais, os valores foram expandidos a partir das referidas amostras para englobar o conjunto da população. A Tabela 1 trata da evolução do número total de pessoas, já a Tabela 1a e o Gráfico 1, esboçam o número de famílias totais, ambas para o Brasil e para as cinco regiões.

O período evidenciou o crescimento da população em aproximadamente 40 milhões de pessoas. Entretanto, proporcionalmente, a única região em que houve crescimento no total da população foi o Norte. Em 1981, compreendia 2,5% da população total do país e, em 1999, apresentava em sua região 4,5% do total da população. O Centro-Oeste apresentou um crescimento moderado de apenas 0,4 pontos percentuais. As demais regiões, Nordeste, Sudeste e Sul, apresentaram proporcionalmente declínio no crescimento populacional, embora relativamente tenham aumentado sua população. Já para as famílias, no geral, a tendência foi de crescimento em termos absolutos no número total de famílias no país durante as duas décadas, de aproximadamente 20,630 milhões de famílias em 1981, para cerca de 37,591 milhões em 1999, ou seja, aumento de 82%. Não obstante, embora a tendência tenha sido de crescimento no número total de famílias, o ano de 1986 indicou uma redução no total de famílias, fruto da queda observada no Sudeste e Centro-Oeste,

para em seguida retomar a trajetória de crescimento (Tabela 1a). As famílias cresceram proporcionalmente mais que a população, refletindo as transformações nos arranjos familiares marcadas por uma presença maior de famílias fora do tradicional arranjo de chefe provedor.

Para Carvalho (2004), essa queda observada no ritmo de crescimento da população é efeito direto do declínio da fecundidade verificada no período. Assim sendo, essa redução determinou um crescimento maior da proporção de famílias em relação à taxa de crescimento da população total. Contudo, como enfatizado por Goldani (1993), as diferentes dinâmicas demográficas e nível de desenvolvimento também respondem por essas diferenças.

Tabela 1. Número total de pessoas, 1981/1999 – em milhares

Região	Ano (em milhões)											
	1981	%	1985	%	1989	%	1990	%	1995	%	1999	%
Norte	2968928	2,5	3704245	2,8	4293565	3,0	4493134	3,2	6446489	4,2	7243961	4,5
Nordeste	35787567	29,9	39185620	29,5	42252633	29,3	42079915	29,7	45115709	29,6	46400796	28,9
Sudeste	53390972	44,6	59446738	44,8	64595830	44,8	62142310	43,9	66489993	43,6	70067880	43,7
Sul	19390968	16,2	20775025	15,7	22452241	15,6	21961015	15,5	23184865	15,2	24514219	15,3
Centro-Oeste	7886260	6,6	9147220	6,9	10142438	7,0	10186692	7,2	10320755	6,8	11273592	7,0
Brasil	119691556	100,0	132708228	100,0	144293110	100,0	141580018	100,0	152374603	100,0	160336471	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das Pnads. Vários anos.

Tabela 1a. Número total de famílias, 1981/1999 – em milhares

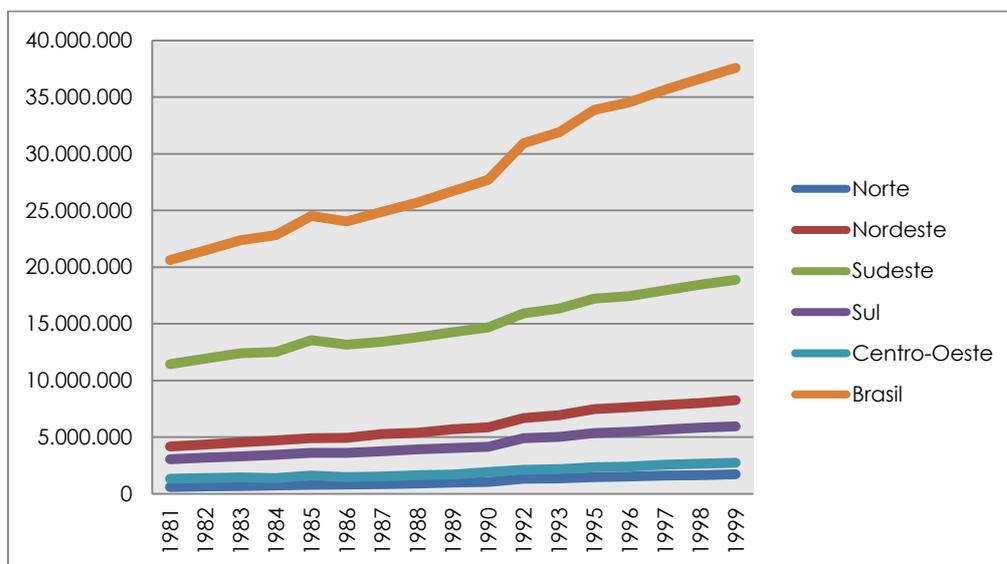
Região	Ano (em milhões)											
	1981	%	1985	%	1989	%	1990	%	1995	%	1999	%
Norte	613411	3,0	802873	3,3	985998	3,7	1041687	3,8	1465044	4,3	1736381	4,6
Nordeste	4170454	20,2	4922483	20,1	5692639	21,3	5872393	21,2	7468113	22,1	8258641	22,0
Sudeste	11460368	55,6	13550586	55,3	14273725	53,5	14695704	53,0	17210942	50,8	18887747	50,2
Sul	3043030	14,8	3615219	14,7	4052525	15,2	4157448	15,0	5361799	15,8	5955882	15,8
Centro-Oeste	1342728	6,5	1630027	6,6	1695850	6,4	1934827	7,0	2355359	7,0	2752937	7,3
Brasil	20629991	100,0	24521188	100,0	26700737	100,0	27702059	100,0	33861257	100,0	37591588	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das Pnads. Vários anos.

Em conformidade com a trajetória nacional, nas cinco regiões também cresceu o número total de famílias. Todas as regiões apresentaram crescimento ao longo das duas décadas, exceção feita somente ao Sudeste e Centro-Oeste, que obtiveram uma pequena queda em 1986. Ao final da década de noventa, para as

famílias do Sudeste e do Nordeste foram registrados as maiores elevações no período, próximos dos 7,400 milhões e de 4,100 milhões no total de famílias, quando comparado ao início do período, respectivamente. Em 1999, no Sudeste é onde estava o maior número de famílias, com quase 18,900 milhões. Por outro lado, na região Norte é que se concentrava o menor número, com quase 1,735 milhão de famílias.

Gráfico 1. Número total de famílias, 1981/1999



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs. Vários anos.

De outro modo, se por um lado o movimento foi de crescimento no total de famílias, de outro, a tendência foi a de redução do tamanho médio, em resposta à queda do número de filhos dado o declínio da taxa de fecundidade das mulheres. No Brasil, o tamanho médio das famílias era de 4 pessoas durante quase todo o período analisado, declinando para uma média de 3 pessoas apenas em 1999. Em 1981, as regiões do Norte e Nordeste eram as que contavam com o maior número de componentes por família, em média 5. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentavam em média 4 pessoas por família. Somente a partir de 1988, no Norte diminuiu o número de pessoas por família, caindo para uma média de 4 pessoas até o fim do período e, no Nordeste, a queda foi a partir de 1983. Já no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, no mesmo período, as famílias eram em média compostas por 3 membros, porém alcançada em momentos diferentes pelas regiões, visto que se encontram em diferentes etapas da transição demográfica, com o Sul em 1992, seguido pelo Sudeste em 1993 e, por último, o Centro-Oeste, em 1997 (Tabela 2).

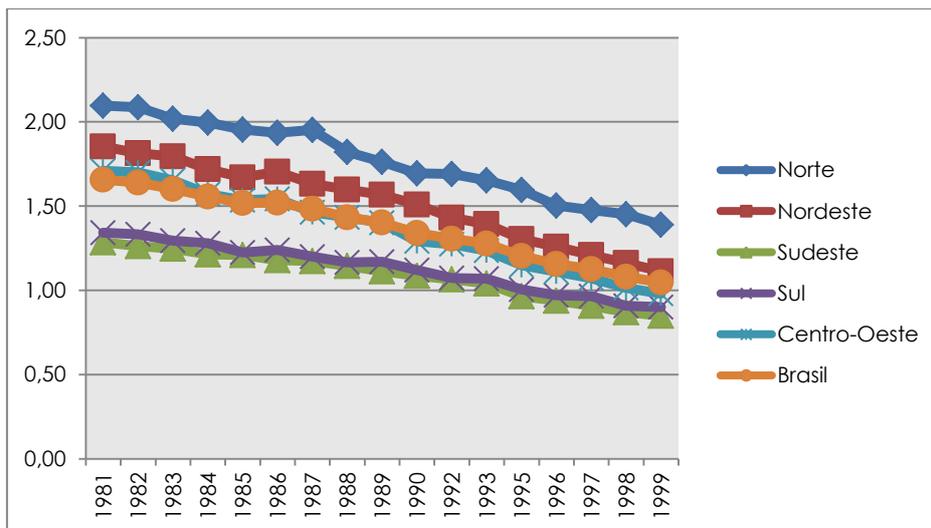
Tabela 2. Tamanho médio, média dos homens e média das mulheres por família, 1981/1999

Região	Ano																	
	Tam Médio	1981		1985			1989			1990			1995			1999		
		Média Mulheres	Média Homens	Tam Médio	Média Mulheres	Média Homens												
Norte	5	2,51	2,35	5	2,37	2,25	4	2,26	2,11	4	2,22	2,10	4	2,11	2,04	4	2,01	1,92
Nordeste	5	2,42	2,17	4	2,28	2,06	4	2,20	1,98	4	2,16	1,95	4	2,00	1,81	4	1,87	1,70
Sudeste	4	2,03	1,93	4	1,94	1,84	4	1,88	1,77	4	1,86	1,75	3	1,76	1,65	3	1,70	1,59
Sul	4	2,03	1,92	4	1,90	1,80	4	1,85	1,74	4	1,82	1,73	3	1,72	1,62	3	1,66	1,57
Centro- Oeste	4	2,25	2,13	4	2,12	2,02	4	2,03	1,90	4	1,95	1,84	4	1,83	1,73	3	1,72	1,63
Brasil	4	2,25	2,10	4	2,12	1,99	4	2,04	1,90	4	2,0	1,87	4	1,88	1,77	3	1,79	1,68

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das Pnads. Vários anos.

Em média as famílias contavam com mais mulheres que homens. No Brasil, já a partir de 1986, as famílias tinham em média menos de dois homens, com esse patamar alcançado em relação às mulheres somente após 1990. O Norte, por estar entre as regiões com as maiores médias de membros por família, foi a única região com mais de duas mulheres, em 1999. As demais regiões apresentavam menos de 2 mulheres em média por família, porém o Nordeste só alcançou esse resultado depois de 1997. Todas as regiões estavam com suas médias próximas às brasileiras, exceção apenas do Norte. Quanto à média de homens por família, para todas as regiões, em 1999, a média era menor que 2 homens. Em 1981, as famílias do Sul e Sudeste já contavam em média com menos de 2 homens, com o Nordeste e Centro-Oeste alcançando esse índice em 1987, e a região Norte foi a mais tardia delas, atingindo somente em 1997 (Tabela 2).

Pelo Gráfico 2, consegue-se visualizar a tendência de redução no número médio de filhos menores de 14 anos por família. O movimento de queda foi para o Brasil como um todo e para todas as regiões. O Centro-Oeste foi quem mais se aproximou da média do país e o Norte, a apresentar as médias mais elevadas. O Sul e Sudeste apresentaram médias mais baixas e próximas entre si. Com exceção do Norte, todas as famílias das demais regiões tinham em média menos de 2 filhos, alcançado pelas famílias daquela região somente depois de 1985. De modo que, a partir de então, todas as famílias das cinco regiões apresentaram uma média de 1 filho em idade inferior a 14 anos.

Gráfico 2. Número médio de filhos menores de 14 anos por família

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs. Vários anos.

Cumprе evidenciar que a transição da fecundidade no país iniciou-se na segunda metade da década de 1960, com quedas de 24,1% entre 1970 e 1980, de 38% na década seguinte e, 11,1% entre 1991 e 2000 para todo o país. Como se sabe, a queda não foi homogênea entre as regiões e, justamente por contar com indicadores socioeconômicos menos favoráveis, o Norte e Nordeste, apresentavam as maiores taxas de fecundidade (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2006). Assim, a queda da fecundidade foi um dos principais responsáveis pelo enxugamento no tamanho das famílias, contudo, deve-se levar em consideração a etapa de transição demográfica característica de cada região (queda da mortalidade, fecundidade e aumento da esperança de vida). Portanto, quanto mais avançada a transição demográfica, menor é o tamanho médio das famílias (GORI et al, 2007).

Quanto ao nível de escolaridade na família, pela Tabela 3 estão delineadas as faixas de anos de estudo da pessoa de referência, divididas por sexo. Assim sendo, podemos dimensionar não somente as diferenças de gênero, mas também as regionais. Para tanto, observou-se que no Norte, nas décadas de 1980 e 1990, tanto as famílias chefiadas por homens quanto as por mulheres apresentaram as maiores proporções na faixa que compreende de 4 a 6 anos de estudo e as menores proporções na faixa de 12 anos ou mais de estudo. Entretanto, observou-se que as famílias em que as mulheres se constituem como pessoa de referência, com o avançar dos anos, exibiram movimento de queda das desigualdades de escolaridade existentes entre aquelas cujo homem chefiava e as famílias em que as mulheres eram as chefes. Observa-se que, em 1981, 29,9% das famílias em que o homem era a pessoa de referência tinham de 4 a 6 anos de estudos e as que eram a mulher compreendiam 28,2%. No correr das duas décadas, esse diferencial foi praticamente

anulado, sendo que, em 1999, cerca de 22,0% das famílias tinham a mulher como pessoa de referência e 21,1% o homem como referência nessa faixa de estudo. Dois movimentos foram passíveis de observação, em se tratando da aproximação da proporção de famílias com a mulher como referência das em que o homem era a pessoa de referência no decorrer do período para todas as faixas de anos de estudo e, também o fato de que nas duas faixas superiores de anos de estudos, as famílias com a mulher como pessoa de referência ultrapassou as dos homens. Esse movimento evidenciou a tendência de aumento da escolaridade das mulheres.

No Nordeste, concentram-se as maiores proporções de famílias em que o homem e a mulher são a pessoa de referência, nas três faixas inferiores (até 6 anos de estudo). Em 1981, cerca de 79,5% das famílias com o homem como pessoa de referência não tinham mais de 6 anos de estudo e as das mulheres, 85%. Durante as duas décadas, a diferença entre os sexos foi se reduzindo, assim como as famílias situadas nessas faixas de estudo. Contudo, ainda permaneceu significativa a proporção de famílias inseridas nessas três faixas de anos de estudo, sendo que, em 1999, cerca de 65,5% das famílias que contavam com o homem como pessoa de referência estava nessa condição e as das mulheres eram 65,4%. Duas tendências pontuaram essa região, primeiramente foi a redução da diferença significativa entre as famílias chefiadas por homens e mulheres. O segundo movimento foi o de aumento na proporção de famílias tanto de homens e mulheres que são pessoas de referência nas três faixas superiores de anos de estudo. Em 1981, cerca de 20,6% das famílias com o homem como pessoa de referência não apresentavam conjuntamente mais que 12 anos de estudo e as das mulheres não ultrapassava os 15,0%, de modo que, em 1999, as dos homens subiu para 34,4% e as das mulheres para 34,6% das famílias.

Tabela 3. Número de famílias por faixas de anos de estudo da pessoa de referência, divididas por sexo e região – 1981/1999

		Ano (%)											
		1981		1985		1989		1990		1995		1999	
		Homem	Mulher										
Norte	Sem instrução	18,0	25,5	15,6	23,4	16,2	21,7	16,4	18,3	18,9	20,7	19,4	18,8
	De 1 a 3 anos	24,7	22,2	23,1	20,6	21,9	20,0	21,0	20,7	21,0	17,8	19,2	15,2
	De 4 a 6 anos	29,9	28,2	29,0	27,8	26,0	26,6	25,5	25,2	24,8	24,5	21,1	22,0
	De 7 a 8 anos	10,3	10,0	11,5	10,2	12,5	11,4	12,5	11,0	12,5	12,3	13,7	12,9
	De 9 a 11 anos	11,7	11,7	14,3	14,6	17,1	16,2	17,5	20,4	16,6	19,2	20,3	24,4
	12 ou mais	5,5	2,6	6,4	3,5	6,3	4,2	7,0	4,3	6,1	5,5	6,3	6,7
	TOTAL	100,0											
Nordeste	Sem instrução	32,8	43,9	32,8	42,8	30,6	37,7	30,7	35,7	28,7	32,6	25,5	27,7
	De 1 a 3 anos	23,9	21,1	20,4	18,0	18,8	18,7	19,1	18,9	19,1	18,3	18,0	17,1

(Cont.)

	De 4 a 6 anos	22,8	20,0	23,5	20,9	23,2	21,5	21,7	20,6	21,4	21,3	22,0	20,6
	De 7 a 8 anos	6,9	5,0	8,0	5,9	8,1	6,6	8,9	7,6	10,4	8,4	11,3	10,6
	De 9 a 11 anos	8,4	7,1	10,0	8,8	12,9	11,5	13,3	11,8	14,5	13,8	16,5	17,5
	12 ou mais	5,3	2,9	5,3	3,6	6,3	3,9	6,3	5,5	5,8	5,6	6,6	6,5
	TOTAL	100,0											
Sudeste	Sem instrução	13,2	27,0	12,2	24,8	10,8	21,1	9,9	21,4	9,7	19,7	8,3	16,0
	De 1 a 3 anos	21,8	22,2	18,1	19,1	17,2	19,8	17,0	19,1	15,3	17,3	13,9	15,0
	De 4 a 6 anos	34,9	28,3	34,5	30,0	33,4	28,0	33,0	28,5	32,3	29,1	30,2	27,4
	De 7 a 8 anos	10,8	8,4	12,2	9,3	13,0	10,4	12,9	10,1	15,0	11,4	16,4	13,1
	De 9 a 11 anos	10,0	9,0	12,6	9,8	14,0	12,3	15,3	12,8	15,6	13,2	18,6	17,3
	12 ou mais	9,3	5,2	10,5	7,0	11,7	8,4	11,8	8,2	12,1	9,2	12,7	11,3
	TOTAL	100,0											
Sul	Sem instrução	13,1	27,0	11,6	21,5	10,0	21,8	10,2	19,0	9,0	16,9	7,9	14,1
	De 1 a 3 anos	23,3	21,0	20,6	22,5	19,5	17,8	18,4	20,6	15,8	18,2	13,6	15,1
	De 4 a 6 anos	34,9	31,6	34,8	30,8	33,5	29,5	33,4	28,2	33,9	30,3	32,1	28,9
	De 7 a 8 anos	11,1	8,7	11,7	9,5	12,8	9,9	12,6	10,5	13,9	10,5	15,9	12,3
	De 9 a 11 anos	9,9	6,5	12,1	9,2	13,7	11,7	15,3	11,8	15,8	13,7	18,8	17,8
	12 ou mais	7,9	5,3	9,3	6,5	10,5	9,3	10,2	9,9	11,6	10,3	11,8	11,8
	TOTAL	100,0											
Centro-Oeste	Sem instrução	20,0	33,1	16,9	29,1	16,0	22,3	15,8	24,0	14,3	21,9	12,6	17,4
	De 1 a 3 anos	22,8	21,1	21,0	19,2	17,7	16,8	16,1	15,9	17,7	16,0	16,9	14,3
	De 4 a 6 anos	27,8	24,0	27,9	20,9	27,0	26,5	28,4	26,0	27,7	24,3	26,8	23,9
	De 7 a 8 anos	9,9	8,1	11,5	10,5	12,4	10,4	12,0	9,9	13,5	11,4	14,0	13,7
	De 9 a 11 anos	10,8	9,0	13,4	12,6	15,8	15,4	17,1	15,3	17,4	17,8	19,6	21,0
	12 ou mais	8,7	4,6	9,3	7,6	11,1	8,6	10,5	8,9	9,4	8,5	10,1	9,7
	TOTAL	100,0											

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs. Vários anos.

As regiões Sul e Sudeste, acompanhando o mesmo movimento de tendência das demais regiões, reduziram os diferenciais existentes entre as famílias chefiadas por homens e as chefiadas por mulheres, entretanto, nessas regiões a proporção das que eram a mulher a pessoa de referência não superaram as do homem nas faixas superiores de anos de estudo, como assistido com o Norte e Nordeste. No Sul, apenas na faixa de 12 ou mais anos de estudo, as proporções de famílias com o homem ou a mulher pessoa de referência se igualaram ao final do período analisado, em 1999.

Assim, no geral, dois movimentos se destacam entre as regiões analisadas. O primeiro trata-se da diminuição da diferença entre as famílias chefiadas por homens e mulheres para todas as faixas de estudo. O segundo foi o de elevação na proporção das famílias nas faixas superiores de anos de estudo quando a mulher é a pessoa de referência. Dessa forma, constatou-se a elevação do grau de escolaridade das mulheres para todas as regiões, chegando a ultrapassar o dos homens em determinadas regiões.

4. As chefiãs masculinas e femininas: características gerais

Esse tópico tem como objetivo analisar os principais movimentos relacionados aos chefes de domicílios, quando estão à frente destes os homens e as mulheres, configurando-se os principais responsáveis pela família. Por meio da Tabela 4, é possível verificar a proporção de famílias chefiadas por homens e mulheres para o Brasil e para as cinco regiões. De imediato observa-se que no Brasil, em 1981, 80,8% das famílias ainda eram chefiadas por homens, contra 19,2% das chefiadas por mulheres. Em 1989, cerca de 79,6% das famílias estavam os homens à frente, contra 22,4% as mulheres e, em 1999, havia cerca de 71,7% das famílias chefiadas por homens, contra 28,3% por mulheres. Desse modo, embora tenha aumentado a proporção de famílias chefiadas por mulheres, ainda em 1999, mais de 70% dos domicílios contavam como principal provedor o homem. Não obstante, é importante evidenciar que o acréscimo na proporção de famílias chefiadas por mulheres resultou de acontecimentos importantes que marcaram o período. O primeiro trata-se das mudanças advindas no interior das famílias, marcadas pela diminuição do arranjo tradicional composto pelo chefe provedor e o crescimento de arranjos alternativos, dentre este os chefiados por mulheres. Já o segundo está associado ao fato de que no período muitos homens perderam seus empregos, resultando que as mulheres, especificamente as mulheres-cônjuge, se constituíssem como as principais responsáveis pela manutenção e provimento do lar, dadas as más condições de vida a que ficaram sujeitas, resultando em instabilidade familiar. Por fim, destacam-se as mudanças demográficas, crescimento das separações e divórcios, da expectativa de vida maior para as mulheres gerando mais viuvez feminina, bem como a crescente proporção de mulheres solteiras com filhos, os processos de maior integração da mulher no mercado de trabalho, aumento da educação e diminuição da fecundidade.

As famílias do Centro-Oeste são as que mais se assemelham às médias brasileiras. De modo que, em 1981, em 80,2% das famílias o homem era responsável pela chefia do domicílio e, as mulheres, correspondiam a 19,8% das famílias. Durante as duas décadas reduziu-se a proporção das famílias chefiadas por homens, conseqüentemente aumentaram-se as chefiadas por mulheres. Em 1999, 71,1% das famílias contavam com o homem como chefe do domicílio e, 28,9% as mulheres, embora a diferença ainda permanecesse considerável.

Tabela 4. Proporção de famílias chefiadas por homens e mulheres, 1981/1999

Região		Ano (em %)					
		1981	1985	1989	1990	1995	1999
Norte	Homem	78,1	78,0	75,7	74,3	72,3	69,8
	Mulher	21,9	22,0	24,3	25,7	27,7	30,2

		Mulher	21,9	22,0	24,3	25,7	27,7	30,2
								(Cont.)
Nordeste	Homem	77,2	76,2	74,6	74,9	72,5	69,1	
	Mulher	22,8	23,8	25,4	26,0	27,5	30,9	
Sudeste	Homem	81,7	80,4	78,2	78,3	75,4	72,1	
	Mulher	18,3	19,6	21,8	21,7	24,6	27,9	
Sul	Homem	83,1	81,7	80,1	80,4	78,7	74,6	
	Mulher	16,9	18,3	19,9	19,6	21,3	25,4	
Centro-Oeste	Homem	80,2	80,2	77,9	77,4	76,3	71,1	
	Mulher	19,8	19,8	22,1	22,6	23,7	28,9	
Brasil	Homem	80,8	79,6	77,6	77,5	75,2	71,7	
	Mulher	19,2	20,4	22,4	22,5	24,8	28,3	

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs. Vários anos.

De modo geral, todas as regiões se aproximam nas médias, com 70% das famílias chefiadas por homens e 30% por mulheres. O Sul apresentou os níveis mais deteriorados, mesmo incorrendo em reduções durante as duas décadas, continua se mantendo a região com as maiores proporções. Em 1981, 83,1% das famílias eram chefiadas por homens contra 16,9% por mulheres e, em 1999, os homens eram 74,6% e as chefiadas por mulheres, 25,4%. Observou-se que as famílias das regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram, em 1999, as maiores proporções de chefia por mulheres. No Norte, em 1999, 69,8% das famílias eram chefiadas por homens e, 30,2% das famílias chefiadas por mulheres. Já no Nordeste, 69,1% das famílias contavam com o homem à frente contra 30,9% das famílias chefiadas por mulheres. Essas duas regiões, por serem as mais pobres do país, podem apresentar como resposta a esse diferencial na proporção de famílias chefiadas por mulheres, se comparadas com as demais regiões, o fato de: 1) terem se tornado as principais chefes dos domicílios em decorrência da perda de emprego dos companheiros; 2) são as responsáveis pelos domicílios por se constituírem em famílias monoparentais, ou seja, aquelas compostas somente por mãe e filhos, pois em muitas situações de abandono por parte dos companheiros tornam-se as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos e provimento do lar.

Prosseguindo com as análises sobre o perfil dos chefes de domicílios, divididos por sexo e regiões, na Tabela 5 podemos observar a média de idade das famílias que são chefiadas por homens e mulheres. Para o Brasil, observou-se que durante o período, a média de idade dos domicílios chefiados por homens elevou-se de 41,9 anos, em 1981, para 43,2 anos, em 1999 e, de outro modo, a média de idade dos domicílios chefiados por mulheres diminuiu de 46,7 anos, em 1981, para 46,1 anos, em 1999.

Tabela 5. Idade média do chefe da família, dividido por sexo e região 1981/1999

Região	Sexo	Ano					
		1981	1985	1989	1990	1995	1999
Norte	Homem	41,5	40,4	41,0	41,2	41,1	42,1
	Mulher	43,7	44,0	44,2	43,6	43,0	42,7
Nordeste	Homem	43,1	43,0	43,0	43,2	43,1	43,6
	Mulher	48,3	48,0	47,2	48,0	47,3	47,2
Sudeste	Homem	42,6	42,5	43,4	43,5	44,0	45,2
	Mulher	48,7	48,4	48,3	49,2	49,1	48,9
Sul	Homem	41,4	41,2	41,8	41,9	42,3	43,0
	Mulher	48,1	47,8	47,9	48,1	48,1	48,1
Centro-Oeste	Homem	40,6	41,1	41,3	41,2	40,9	42,0
	Mulher	44,5	44,4	43,5	44,1	43,4	43,4
Brasil	Homem	41,9	41,6	42,1	42,2	42,3	43,2
	Mulher	46,7	46,5	46,2	46,6	46,2	46,1

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs. Vários anos.

Dessa forma, ficou evidenciado que a idade média das famílias chefiadas por mulheres é maior que as chefiadas por homens. Podemos concluir também que um segundo movimento derivou desse aumento da idade média dos domicílios chefiados por homens, sendo a redução do diferencial médio de idade existente entre as famílias chefiadas por homens e mulheres, ainda que permanecesse essa diferença de idade em relação aos sexos de referência.

Nesse sentido, dentre as regiões, foi o Sudeste a que apresentou as maiores médias de idade dos domicílios chefiados por homens ou mulheres. Em 1981, a idade média das famílias chefiadas por homem era de 42,6 anos e, da mulher era 48,7 anos, tendo isso em vista, nota-se uma diferença média de 6,1 anos entre os sexos. Durante as duas décadas essa diferença reduziu-se para 3,7 anos e em 1999, os homens chefes tinham em média 45,2 anos e as mulheres, 48,9 anos. De outro modo, as médias de idade mais baixas estavam nas regiões Norte e Centro-Oeste. Em 1981, no Norte, os domicílios chefiados por homens apresentaram uma idade média de 41,5 anos e os por mulheres, 43,7. Já em 1999, o diferencial diminuiu ainda mais, com os chefiados por homens contando com uma média de 42,1 anos e os chefiados por mulheres, 42,7 anos. No Centro-Oeste, em 1981, os homens chefes de domicílios tinham em média de 40,6 anos e as mulheres 44,5 anos, em 1999, a idade dos homens se eleva para 42,0 anos e a das mulheres declina para 43,4 anos.

Na Tabela 6 é analisada a proporção média da renda total do domicílio que dependia da renda do chefe ou pessoa de referência, seja ele homem ou mulher.

Verifica-se em um primeiro momento que, durante as duas décadas, a renda média dos chefes de domicílios, homem ou mulher, passaram a conferir maior peso na composição do rendimento total do domicílio. Outro importante fato esteve relacionado, pois no final da década de 1990, no Sudeste e Sul, o rendimento médio das chefes mulheres superou em nível de contribuição total para a renda do domicílio se comparado à contribuição do rendimento dos chefes homens. Desse modo, no Brasil, em 1981, o rendimento médio do chefe homem para a composição do rendimento total da família foi de 15,0% e da mulher, 12,0%, apresentando tendência de aumento da importância de ambos os rendimentos para a composição do rendimento total. De tal modo que, em 1999, os chefes homens contribuíam com 18,1% para o rendimento total e as mulheres, 16,4%.

Tabela 6. Proporção média da renda total do domicílio que depende do chefe, dividido por sexo e região - 1981/1999

Região	Sexo	Ano (em %)					
		1981	1985	1989	1990	1995	1999
Norte	Homem	12,4	13,7	13,8	13,7	14,3	15,2
	Mulher	9,2	10,7	11,0	11,2	12,9	13,1
Nordeste	Homem	13,4	14,3	14,9	14,6	16,0	16,3
	Mulher	11,4	12,9	12,6	13,9	17,3	16,0
Sudeste	Homem	16,4	17,3	17,7	17,5	18,4	18,3
	Mulher	13,4	15,8	16,2	16,8	18,8	18,9
Sul	Homem	16,6	18,5	18,1	18,2	19,3	19,2
	Mulher	15,2	18,3	18,6	19,4	22,2	21,5
Centro-Oeste	Homem	15,0	15,9	16,5	16,2	17,9	18,1
	Mulher	12,0	15,0	14,5	17,2	17,7	16,4
Brasil	Homem	14,8	15,9	16,2	16,0	17,2	17,4
	Mulher	12,2	14,5	14,6	15,7	17,8	17,2

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das PNADs. Vários anos.

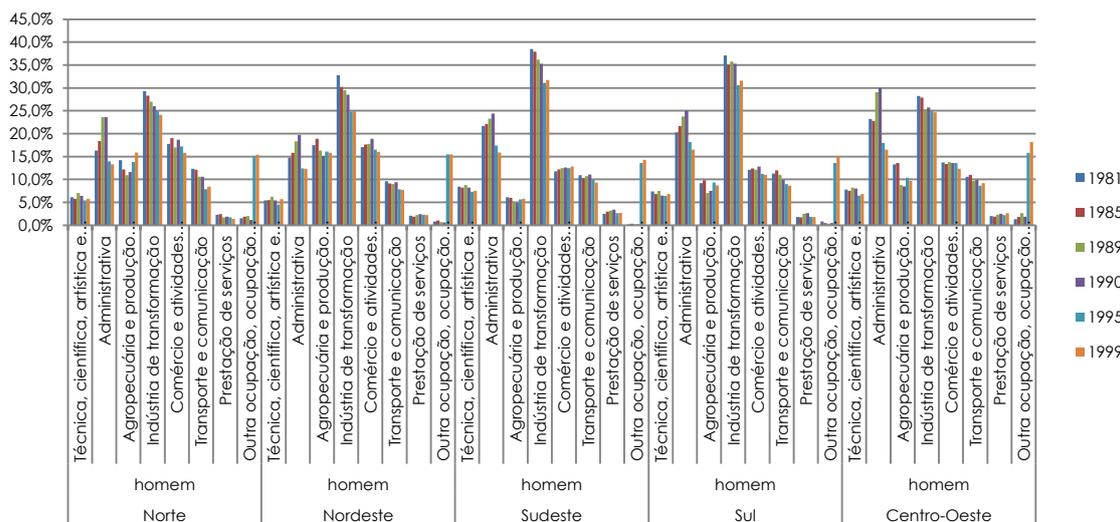
Foi no Norte onde se encontraram as menores contribuições dos rendimentos médios dos chefes de domicílios para a composição do rendimento total. Em 1981, o rendimento médio do chefe homem contribuiu com 12,4% para a renda total do domicílio e o das chefes mulheres, 9,2%. No decorrer do período, a dependência do rendimento dos chefes de domicílios tornou-se maior; ainda assim, em 1999, os chefes homens contribuíam em média com 15,9% da renda total do domicílio e as mulheres com 13,1%. A região Nordeste foi a única em que as contribuições dos rendimentos dos chefes homens e mulheres praticamente igualaram-se no final do período analisado. Se em 1981 o chefes homens colaboravam com 13,4% para a renda total

da família e as chefes mulheres com 11,4%, ficou evidenciado que, em 1999, a contribuição dos chefes homens foi de 16,3% e das mulheres, 16,0%.

Já no Sul e Sudeste, no final do período analisado, as contribuições do rendimento médio das chefes mulheres superaram em grau de importância a composição da renda total média do domicílio. Se em 1981, no Sudeste, os chefes homens participavam com 16,4% para a renda total média domiciliar e as chefes mulheres com 13,4%. Em 1999, os chefes homens contribuíam com 18,3% para o rendimento total e as mulheres com 18,9%. Já na região Sul, em 1981, os chefes homens colaboravam com 16,6% e as mulheres com 15,2% para o rendimento médio total do domicílio, para em 1999, os chefes masculinos participarem com 19,2% e as chefes mulheres com 21,5% do rendimento total médio do domicílio.

Buscando-se pontuar as tendências em relação às pessoas de referência na família para as duas décadas de grandes transformações, com os Gráficos 3 e 4, pode-se dimensionar o grupo de ocupação da pessoa de referência do homem ou mulher. Observou-se que, no Norte, em 1981, os três grupos de ocupação que mais se destacavam, quando eram os homens nessa condição, foi a indústria de transformação (29,3%), comércio e atividades auxiliares (17,8%) e administrativa (16,3%) e o grupo de menor importância, prestação de serviços (2,3%). Em relação às mulheres chefes de domicílios, os três grupos com maior importância era o de prestação de serviços (33,6%), administrativo (16,7%) e indústria de transformação (16,4%) e, o grupo de menor participação, transporte e comunicação (0,9%).

Gráfico 3. Grupo de ocupação da pessoa de referência na família, homem, 1981/1999

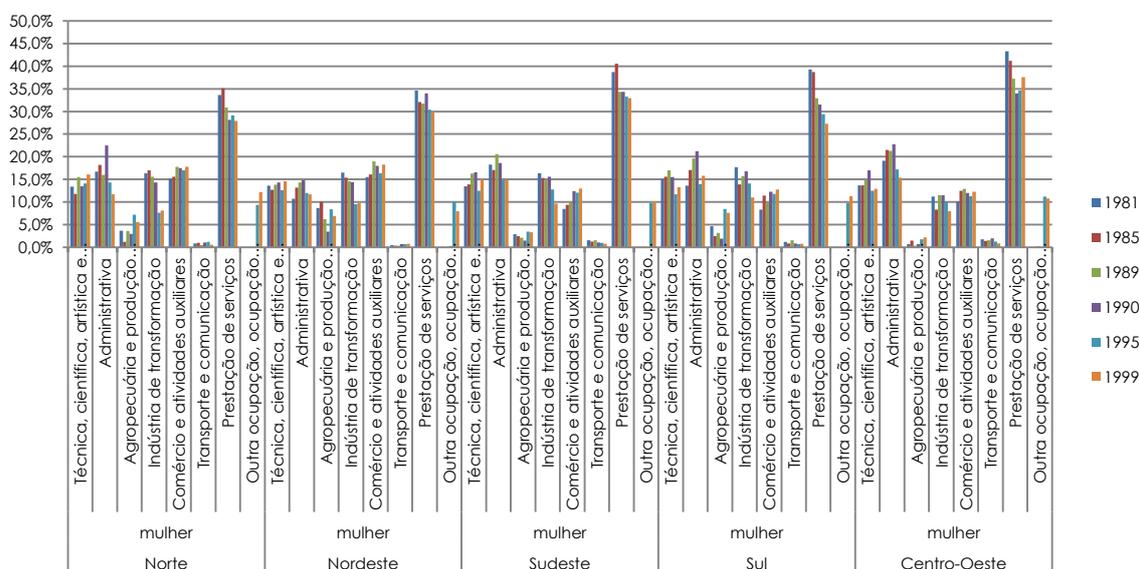


Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das Pnads. Vários anos.

Com o avançar da década, a importância relativa das participações mudaram tanto para os chefes homens quanto para as mulheres, efeito direto das

transformações ocorridas na estrutura produtiva e de emprego no período. Compreende-se, por isso, que, em 1999, para os homens chefes de domicílio a indústria de transformação (24,1%) continuou a figurar maior importância, porém incorreu em queda de 5,2%. Em seguida, agropecuária e produção extrativa vegetal e animal (15,9%) passou a compor o segundo grupo de mais relevância dos chefes homens, acompanhada de comércio e atividades auxiliares (15,8%), com prestação de serviços (1,4%), o de menor importância. Já em relação às mulheres chefes de domicílio, prestação de serviços (27,9%), acompanhado de comércio e atividades auxiliares (17,8%) e técnica, científica, artística e assemelhada (16,1%) foram os grupos que mais as empregaram. Por fim, transporte e comunicação (0,6%) manteve-se como o grupo com menor participação em grau de empregabilidade das chefes mulheres.

Gráfico 4. Grupo de ocupação da pessoa de referência na família, mulher, 1981/1999



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das Pnads. Vários anos.

Em relação ao Nordeste, em 1981, os três grupos de ocupação de maior relevância para os chefes homens foram a indústria de transformação (32,8%), seguida de agropecuária e produção extrativa vegetal e animal (17,5%) e comércio e atividades auxiliares (17,1%), de outro modo, o de menor participação foi técnica, científica, artística e assemelhada (5,4%). Já para as mulheres chefes do domicílio, em 1981, os três grupos que mais empregaram foram prestação de serviços (34,6%), indústria de transformação (16,5%) e comércio e atividades auxiliares (15,5%), com o que menos empregou sendo transporte e comunicação (0,5%). Em 1999, ainda que os três principais grupos de ocupação dos chefes homens perdessem participação, mantiveram-se como os que mais empregaram, somente invertendo o grau de importância, com a indústria de transformação (24,9%), seguida de comércio e

atividades auxiliares (16,0%) e de agropecuária e produção extrativa vegetal e animal (17,5%) e, por fim, prestação de serviços (2,2%) o de menor empregabilidade. Quanto às chefes mulheres, observou-se que a indústria de transformação deixou de estar entre os três principais grupos de ocupação, configurando em grau de importância, a prestação de serviços (30,0%), comércio e atividades auxiliares (18,3%) e técnica, científica, artística e assemelhada (13,6%) e, por outro lado, de menor participação sendo transporte e comunicação (0,8%).

As regiões Sudeste e Sul apresentaram participações semelhantes na importância dos grupos de ocupações, quando o homem era a pessoa de referência na família e, embora tenham perdido participação relativa durante o período, mantiveram-se as mesmas posições. Se, em 1981, no Sudeste, os três principais grupos de ocupação eram a indústria de transformação (38,5%), administrativa (21,7%) e comércio e atividades auxiliares (11,8%), com o de menor importância sendo prestação de serviços (2,5%), em 1999, as importâncias mantiveram-se, com indústria de transformação (31,7%), administrativa (15,9%), comércio e atividades auxiliares (12,8%) e, por fim, prestação de serviços (2,7%). No Sul, em 1981, os três principais grupos eram indústria de transformação (37,1%), administrativa (20,3%), comércio e atividades auxiliares (12,1%), com o de menor empregabilidade, prestação de serviços (1,8%). Em 1999, mantiveram-se as posições, com indústria de transformação (31,6%), administrativa (16,5%), comércio e atividades auxiliares (11,0%) e, prestação de serviços (1,8%).

Quanto aos grupos ocupacionais das mulheres chefes de domicílios, em 1981, o grau de importância dos principais grupos das duas regiões (Sudeste e Sul) divergia, apesar disso, ao final do período, em 1999, tornaram-se os mesmos. Em 1981, no Sudeste, os três principais grupos de ocupação que mais empregavam eram prestação de serviços (38,7%), administrativo (18,3%) e indústria de transformação (16,4%) e o que menos empregava, transporte e comunicação (1,6%). Em 1999, os três principais foram prestação de serviços (32,9%), técnica, científica, artística e assemelhada (15,0%) e administrativa (14,9%) e o menos relevante foi transporte e comunicação (0,8%). No Sul, em 1981, os três principais foram prestação de serviços (39,3%), indústria de transformação (17,7%), técnica, científica, artística e assemelhada (15,1%) e o de menor importância, transporte e comunicação (1,2%). Por fim, em 1999, os três principais grupos de ocupação passaram a ser prestação de serviços (27,3%), administrativa (15,8%) e técnica, científica, artística e assemelhada (13,3%) e o de menor importância, transporte e comunicação (1,2%).

Por último, no Centro-Oeste, os três principais grupos de ocupação dos chefes homens e mulheres mantiveram-se ao longo das duas décadas. Se em 1981, os três principais grupos dos homens eram a indústria de transformação (28,2%),

administrativa (23,2%) e comércio e atividades auxiliares (13,7%), com o de menor participação sendo prestação de serviços (2,0%). Em 1999, mantiveram-se indústria de transformação (24,7%), administrativa (16,5%) e comércio e atividades auxiliares (12,3%) e o de menor importância, prestação de serviços (2,6%). Já para as mulheres chefes de domicílio, os três principais grupos de ocupação foram o de prestação de serviços (43,3%), administrativa (19,1%) e técnica, científica, artística e assemelhada (13,7%) e o de menor, agropecuária e produção extrativa vegetal e animal (0,7%). Em 1999, os três principais continuaram prestação de serviços (37,6%), administrativa (15,4%) e técnica, científica, artística e assemelhada (12,9%), com o que menos empregava passando a ser transporte e comunicação (0,9%).

De modo geral, podem-se considerar alguns movimentos presentes em todas as regiões nas duas décadas analisadas. A primeira está ligada à queda de participação em todos os grupos de ocupação para os chefes homens para todas as regiões, refletindo, de fato, a perda de postos de emprego que comprometeram fortemente os chefes homens e os filhos adultos no período. O grupo de ocupação mais afetado foi a indústria de transformação, resultado do processo de reestruturação produtiva, especificamente dos anos 1990. Por outro lado, houve aumento na participação das chefes mulheres para todos os grupos de ocupação, exceto na indústria de transformação, que foi o setor mais afetado, e em prestação de serviços, em que comércio e atividades auxiliares aumentaram a participação em todas as regiões. Pode-se concluir que esse movimento resultou da maior participação das mulheres no mercado de trabalho, bem como do fato de assumirem a chefia do domicílio em resposta ao prejuízo de emprego dos principais mantenedores da família.

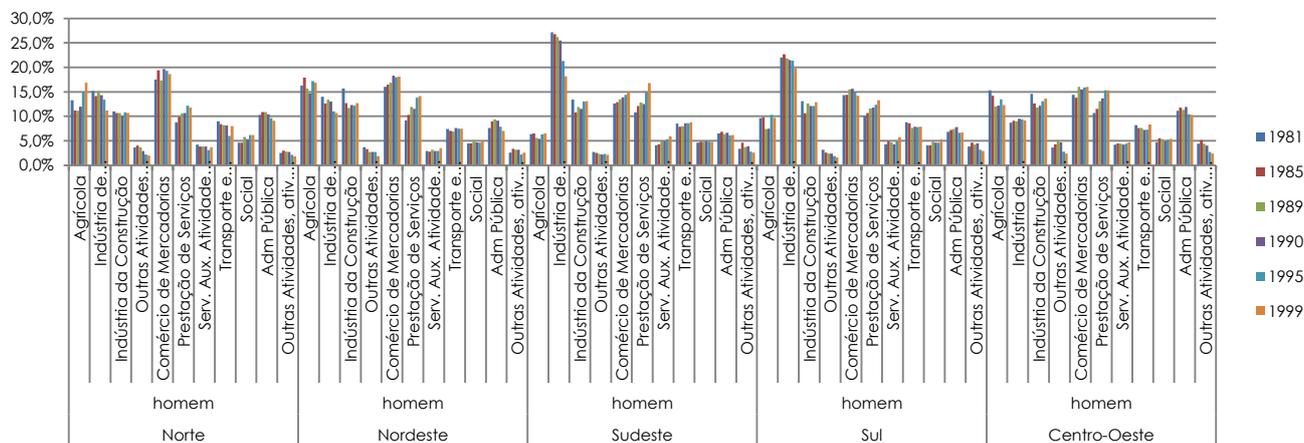
Merece ainda destaque, o aumento considerável do grupo de ocupação denominada "outra ocupação, ocupação mal definida ou não declarada" tanto para os chefes homens e mulheres para as cinco regiões. O aumento relativo nesse grupo de ocupação pode ser indicativo de que, em decorrência da perda de muitos postos de empregos no período em que ambos se viram obrigados a se inserirem em ocupações informais e precárias,² conseqüentemente, mal definidas, teve como finalidade a preservação do sustento da família.

Para finalizar, embora os chefes de domicílios homens tenham perdido participação na indústria de transformação como resultado da redução de postos de emprego nesse setor em virtude da reestruturação produtiva no período, esses ainda permaneciam inseridos em ocupações mais estruturadas que lhes asseguravam direitos legais e melhores qualidades de emprego. De outro modo, as chefes mulheres, em sua maioria, estavam inseridas na prestação de serviços, ou seja, em atividades

² O sentido do termo precário refere-se de ocupações destituídas de vínculos formais de emprego, portanto isentas de qualquer direito e garantia legal.

muitas vezes precarizadas e informais, refletindo assim a segmentação das ocupações dos chefes homens e mulheres, em que aqueles usufruem de melhores postos, estrutura e salários em detrimento destas.

Gráfico 5. Ramo de atividade da pessoa de referência na família, homem, 1981/1999



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das Pnads. Vários anos.

Complementando a análise precedente, os Gráficos 5 e 6 dizem respeito ao ramo de atividade da pessoa de referência na família, seja ela homem ou mulher. Se por um lado o grupo de ocupação representa o conjunto de atividades em que a pessoa de referência na família esteve inserida, o ramo de atividade trata do setor específico da atividade em que trabalhavam. Desse modo, em 1981, no Norte, Sudeste e Sul, as indústrias de transformação, indústria da construção e outras atividades industriais eram os setores que mais empregavam os homens na condição de pessoa de referência, seguido de comércio de mercadorias e, de outro modo, o que menos empregou foi serviço auxiliar de atividade econômica. No Norte, a maior empregabilidade era da indústria de transformação (15,2%), indústria da construção (11,0%), outras atividades industriais (3,6%), comércio de mercadorias (17,5%) e, o que menos empregou foi o de serviço auxiliar de atividade econômica (4,2%). No Sudeste, a região predominantemente com maior peso do setor industrial, os setores em grau de importância foram indústria de transformação (27,2%), indústria da construção (13,4%), outras atividades industriais (2,7%), comércio de mercadorias (12,6%) e, o de menor empregabilidade serviço auxiliar de atividade econômica (4,1%). No Sul, indústria de transformação (22,0%), indústria da construção (13,1%), outras atividades industriais (3,2%), seguido de comércio de mercadorias (14,3%), com o que menos empregou sendo serviço auxiliar de atividade econômica (4,3%). No Nordeste e Centro-Oeste, os ramos de atividade foram os mesmos, porém nas duas regiões a indústria da construção apresentava maior peso que a indústria de transformação,

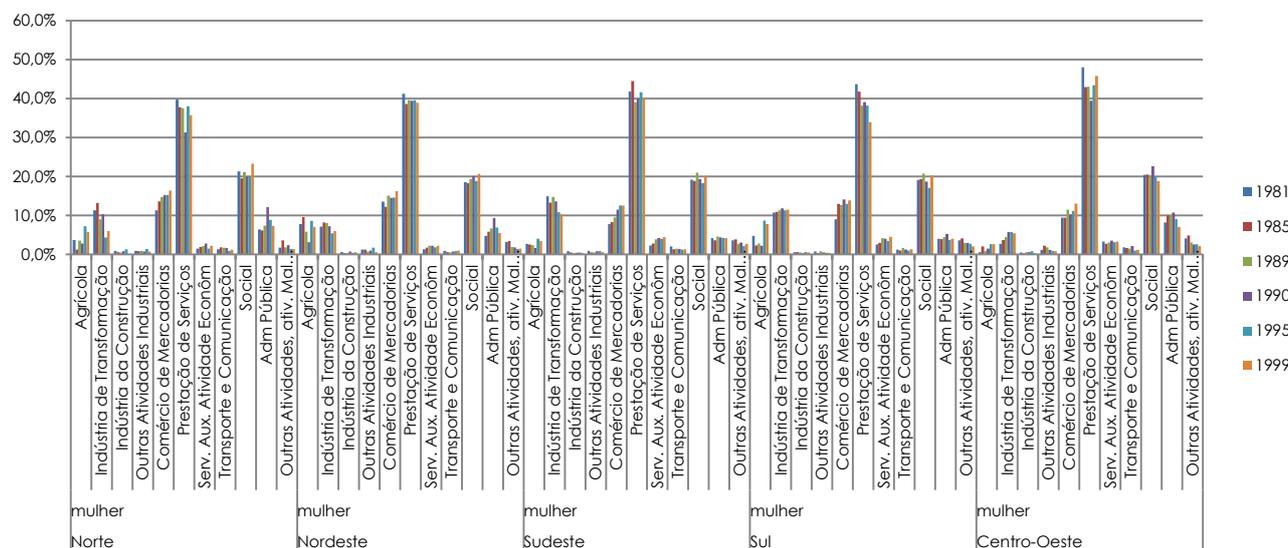
diferentemente das demais regiões. Dessa maneira, no Nordeste, em grau de relevância, tem-se indústria de transformação (14,0%), indústria da construção (15,7%), outras atividades industriais (3,7%), seguido de comércio de mercadorias (16,0%) e o de menor importância, serviço auxiliar de atividade econômica (2,9%). No Centro-Oeste, indústria de transformação (8,7%), indústria da construção (14,6%), outras atividades industriais (3,6%), seguido de comércio de mercadorias (14,4%), com o que menos empregou sendo serviço auxiliar de atividade econômica (4,2%).

Marcadas por intensas transformações durante as duas décadas de análise, ao findar o período, em 1999, refletindo-se a retração do setor industrial e, apesar da diminuição, conjuntamente o ramo industrial continuou o maior absorvedor de homens pessoa de referência na família. Desse modo, no Norte, esses setores representavam, respectivamente, indústria de transformação (11,2%), indústria da construção (10,7%), outras atividades industriais (2,0%), seguido de comércio de mercadorias que alcançou pequeno incremento (18,6%) e o serviço auxiliar de atividade econômica (3,7%) que continuou o que menos empregou. No Sudeste, a maior retração foi na indústria de transformação (18,2%), seguida da indústria da construção (13,1%), outras atividades industriais (2,1%), de comércio de mercadorias (15,0%), e o que menos empregou passou a ser o social (4,8%). No Sul, indústria de transformação (19,9%), indústria da construção (12,9%), outras atividades industriais (1,6%), seguido de comércio de mercadorias (14,2%) e o de menor empregabilidade também passou para o social (5,3%). Já no Nordeste e Centro-Oeste, embora o setor industrial tenha retraído, o ramo da indústria da construção continuou como o que mais absorveu os homens chefe de família. No Nordeste, via-se a indústria de transformação (10,7%), indústria da construção (12,7%), outras atividades industriais (1,9%), seguido de comércio de mercadorias (18,1%) e com o menos empregava serviço auxiliar de atividade econômica (3,5%). Por fim, no Centro-Oeste, indústria de transformação (9,2%), indústria da construção (13,6%), outras atividades industriais (2,4%), seguido de comércio de mercadorias (16,0%) e o que menos empregou foi serviço auxiliar de atividade econômica (4,7%).

Em relação às mulheres pessoa de referência na família, no Gráfico 6, pode-se observar que, em 1981, para todas as regiões, majoritariamente o ramo de atividades que mais as empregaram foi o de prestação de serviços e o social, e o que menos empregou, indústria da construção. Sendo assim, no Norte, esses setores correspondiam, respectivamente, à prestação de serviços (39,7%) e social (21,3%), com a indústria da construção (0,9%) e outras atividades industriais (0,9%), a que menos empregou. No Nordeste, prestação de serviços (41,2%) e social (18,5%), com o que menos empregou sendo a indústria da construção (0,6%). No Sudeste, prestação de serviços (41,8%), social (19,2%) e, indústria da construção (0,8%), de menor

empregabilidade. Na região Sul, prestação de serviços (43,7%), social (19,1%), com a indústria da construção (0,6%) com menor empregabilidade. Por fim, Centro-Oeste, prestação de serviços (48,0%), social (20,4%) e, o de menor peso foi a indústria da construção (0,5%).

Gráfico 6. Ramo de atividade da pessoa de referência na família, mulher, 1981/1999



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados das Pnads. Vários anos.

Já em 1999, embora o ramo da prestação de serviços tenha diminuído, conjuntamente com o social, continuaram como os que mais empregavam as mulheres quando estas eram a pessoa de referência na família. No Norte, mesmo com a retração do setor de prestação de serviços (35,7%), junto ao social (23,3%) que expandiu, continuaram como os setores que mais empregaram, sendo a indústria da construção (0,1%) o que menos empregou. No Nordeste, prestação de serviços (38,9%), social (20,6%); e o que menos empregou foi a indústria da construção (0,6%). No Sudeste, prestação de serviços (40,1%) e social (20,0%) se mantiveram como os de maior empregabilidade e indústria da construção (0,4%) o de menor. No Sul, o ramo de prestação de serviços (33,9%) foi dentre as regiões o que mais encolheu, junto com o social (20,2%) continuaram com as maiores empregabilidades e, a indústria da construção (0,5%) o de menor. Por fim, no Centro-Oeste, a prestação de serviços (45,8%) e o social (18,8%) foram os que mais empregaram e a indústria da construção (0,3%) o que menos empregou.

Em suma, ficou evidenciada a tendência de redução das disparidades entre as famílias chefiadas por homens e mulheres durante as duas décadas analisadas. Embora o movimento tenha sido de: (1) redução das desigualdades entre a proporção de famílias chefiadas por homens e crescimento nas chefiadas por

mulheres; (2) queda em relação à média de idade das famílias chefiadas por homens e mulheres, com aumento da idade média das chefiadas por homens e redução das por mulheres; (3) aumento na dependência do rendimento do chefe de domicílio, homem e mulher, para a composição do rendimento total da família, com aumento considerável em relação à dependência do rendimento de mulher chefe para a composição do rendimento total familiar; e (4) perda para os homens chefes de participação na indústria de transformação, embora estes ainda permanecessem em sua maioria empregados nessa ocupação, e, as mulheres, majoritariamente nos serviços. Ainda houve o aumento no grupo "outra ocupação, ocupação mal definida ou não declarada" para ambos, refletindo diretamente a elevação da precarização das ocupações geradas. Ainda assim, as desigualdades existentes entre as famílias chefiadas por homens e por mulheres, especificamente em relação à sua representatividade enquanto principais responsáveis pela família e grupo de ocupação, permaneceram acentuadas.

5. Considerações finais

Quando analisadas a relação entre família e mercado de trabalho é possível compreender as diferentes respostas frente às conjunturas que condicionam as possibilidades de emprego. As análises feitas a partir dos dados das Pesquisas Domiciliares, tomando como contexto a grande reestruturação produtiva do período que implicou em realocação da força produtiva em direção ao setor terciário, pela intensa queima de postos de emprego formais nas indústrias, evidenciaram o aumento da precarização do trabalho. Precarização esta expressa no fato de que quando as mulheres-cônjuge e as chefes de família aumentaram sua participação no mercado de trabalho foram essencialmente no setor de serviços, implicando em muitos casos informalidade, baixos salários e vínculos de empregos precários, portanto, explicitando a divisão sexual do trabalho presente no mercado de trabalho brasileiro.

As cinco regiões analisadas, embora tenham apresentado a mesma tendência de precarização do emprego e destituição dos vínculos formais, apontaram, a partir das análises do ramo de atividade e grupo de ocupação, para a queda da participação do emprego dos homens durante o período analisado nos setores mais estruturados do ramo industrial, e, em resposta, ficou evidenciado o aumento das chefes de família mulher, assim como a elevação de suas participações no mercado de trabalho, em que muitas tornaram-se as principais provedoras do lar nesse período de crise e reestruturação produtiva. Ainda assim, temos um país dividido, em um extremo Norte e Nordeste e do outro lado, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, evidenciando o distanciamento um Brasil economicamente mais rico e um Brasil de miséria e pobreza. Assim sendo, a crise e o ajuste econômico incorreram em pesados custos

sociais para a sociedade e famílias brasileiras, com deterioração do emprego e renda. As mudanças evidenciadas no aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, entretanto, revelam um obstáculo quanto à sua participação mais plena na atividade econômica, posto que ainda resta a superação das relações precárias de emprego que caracterizam a sua inserção no mercado de trabalho.

Referências

BALTAR, P. Emprego e informalidade das ocupações urbanas no Brasil dos anos 90. In: Encontro Nacional de Estudos de População, 12. Caxambu, 2000. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.

BERQUÓ, E & CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução do número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos**, 2006.

BILAC, E. D. Trabalho e Família: articulações possíveis. **Tempo Social**, v.26, n. 1, 2014.

CARVALHO, J. A. **Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil**. Belo Horizonte. UFMG/CEDEPLAR, 2004.

GOLDANI, A. M. A família no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, 1993.

_____. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 91. 1994.

_____. Retratos de família em tempos de crise. **Revista Estudos Feministas**, número especial, 1994b.

_____. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 1. 2002.

GORI, A et al. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a distribuição de renda e redução da pobreza no Brasil. In: **XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. **Asociación Latinoamericana de Sociología**, Guadalajara, 2007.

LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 4, n. 2, 1996.

_____. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete? **Dados Revista de Ciências Sociais**, v. 40, 1997.

LEONE, E. T. Trabalho da mulher e renda familiar na Região Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10. **Anais...** Caxambu: Abep, 1996.

_____. et al. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, 2010.

MONTALI, L. Arranjos familiares e arranjos de inserção no mercado de trabalho nos anos 90. In: **XI Congresso Brasileiro de Sociologia**. GT Gênero e Sociedade. Campinas, 2003.

_____. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 23, n.2, 2006.

_____. **Mudanças na família, no mercado de trabalho e nos arranjos familiares**. São Paulo: FES, 2015.

_____. Implicações da crise sobre a relação família-trabalho e o empobrecimento nas regiões metropolitanas brasileiras. In: **XI Congresso da Associação de Demografia Histórica - ADEH Cadiz**, Espanha, 2016.

RAMOS, L.; SOARES, A. L. Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 15, n.3, 1995.

SEDLACEK, G. L.; SANTOS, E. C. **A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração da renda familiar**. Rio de Janeiro: IPEA, 1991.